



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 0032/2019

PROCESSO FESPORTE 0340/2019

Modalidade: Pregão, na forma eletrônica.

Objeto: Desenvolvimento, hospedagem, backup, manutenção e suporte de sistema online de Gestão de Eventos Esportivos.

Envio de proposta	A partir das 13:00 Horas do dia 15/11/2019
Abertura da sessão	A partir das 13:30 Horas do dia 28/11/2019
Início da disputa	A partir das 13:45 Horas do dia 28/11/2019

OBSERVAÇÕES:

Qualquer interessado na licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet acessando o endereço eletrônico www.portaldecompras.sc.gov.br clicando diretamente no link do edital.

PARTICIPAÇÃO: os interessados em participar do pregão eletrônico deverão estar previamente credenciados junto ao Sistema de Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina e qualificados para fornecimento do objeto ou serviço (Grupo-Classe) correspondente.

CADASTRO DE FORNECEDOR: O procedimento para inscrição no cadastro de fornecedores encontra-se disponível na página eletrônica da Secretaria de Estado da Administração endereço www.sea.sc.gov.br - “Licitações” - “Fornecedores” ou diretamente pelo endereço www.portaldecompras.sc.gov.br – “Fornecedores”.

QUESTIONAMENTOS:

1) Pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até dois dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, **exclusivamente** por meio eletrônico via internet, nos endereços eletrônicos www.portaldecompras.sc.gov.br, quando optar por efetuar o download do edital como interessado ou <http://e-lic.sc.gov.br>, quando acessar o link do processo, selecionando painel de controle botão Fórum.

2) Fornecedores cadastrados, para esclarecimentos referentes ao processo licitatório, ao efetuar o login e acessar o link do processo, selecionando painel de controle botão Fórum.

IMPUGNAÇÕES: Qualquer pessoa, até dois dias úteis a abertura da sessão, poderá impugnar o ato convocatório acessando os endereços eletrônicos www.portaldecompras.sc.gov.br ou <http://e-lic.sc.gov.br>, selecionando painel de controle botão Impugnações.

PEDIDO DE VISTAS: Qualquer interessado poderá fazer vistas ao processo licitatório por intermédio do Sistema de Gestão de Protocolo Eletrônico – SGPE, no endereço eletrônico <https://sgpe.sea.sc.gov.br>, no link Consulta de Processos.

REFERÊNCIA DE TEMPO: As referências de tempo observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0032/2019

PROCESSO FESPORTE 0340/2019

A Fundação Catarinense de Esporte - FESPORTE, com sede na Rua Comandante José Ricardo Nunes, nº 79, Bairro Capoeiras – Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ sob nº 73.360.505/0001-30, por intermédio de seu Presidente, torna público que fará realizar licitação na **modalidade pregão**, do tipo menor preço, na forma eletrônica, para selecionar proposta objetivando o desenvolvimento, hospedagem, backup, manutenção e suporte de sistema online de Gestão de Eventos Esportivos, conforme especificações e condições gerais de fornecimento e execução contidas neste Edital e seus Anexos. Nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Estadual nº 12.337, de 05 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, alterações posteriores, e demais normas legais federais e estaduais vigentes.

1 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 – O pregão eletrônico será realizado por meio de disputa à distância em sessão pública, via Sistema Integrado de Licitações do Estado de Santa Catarina (LIC), módulo eletrônico (e-LIC).

1.2 – A comunicação será realizada utilizando recursos de tecnologia da informação pela INTERNET, mediante condições de segurança — criptografia e autenticação – em todas as etapas do certame.

1.3 – O pregão, na forma eletrônica, será conduzido com apoio técnico e operacional da Secretaria de Estado da Administração, por intermédio da Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços – DGMS, que atuará como provedor do Sistema eletrônico para os órgãos integrantes do Sistema de Administração e Gestão de Materiais – SAGMS.

1.4 – Os trabalhos serão conduzidos por servidores da Fundação Catarinense de Esporte, denominados pregoeiro e equipe de apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o Sistema LIC, módulo e-LIC, por acesso restrito com *login* e *senha* no endereço eletrônico <http://e-lic.sc.gov.br>.

1.5 – Envio de proposta: a partir das 13:00 horas do dia 15/11/2019.

1.6 – Abertura da sessão: a partir das 13:30 horas do dia 28/11/2019.

1.7 – Início da disputa: a partir das 13:45 horas do dia 28/11/2019.

1.8 – Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no Sistema eletrônico.

1.9 – Os documentos relacionados a seguir fazem parte integrante desta licitação:

Anexo I – Quadro de quantitativos e especificações mínimas;

Anexo II – Condições de Fornecimento;

Anexo III – Modelo de Proposta de Preços eletrônica;

Anexo IV – Identificação dos envelopes, amostras e prospectos;

Anexo V – Recibo de Documentos Adicionais, amostras e prospectos;

Anexo VI – Informações da empresa vencedora para contratação;

Anexo VII - Minuta do Contrato.

2 – DA LICITAÇÃO

2.1 – Do Objeto

2.1.1 - A presente licitação destina-se a selecionar proposta(s) objetivando o desenvolvimento, hospedagem, backup, manutenção e suporte de sistema online de Gestão de Eventos Esportivos, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos **Anexos I e II** e demais condições gerais de fornecimento e execução contidas neste Edital e seus demais Anexos.

2.1.2 – O Órgão Gerenciador, Fundação Catarinense de Esporte/FESPORTE não se obriga a adquirir o objeto e as quantidades definidas neste edital.



2.2- Da execução da Licitação

O processo da licitação pela Fundação Catarinense de Esporte – FESPORTE, será na qualidade de promotora, destinando-se o objeto licitado a atender as necessidades da mesma.

2.3 – Do Convênio ICMS nº 26/03

2.3.1 – De acordo com o Convênio ICMS nº 26/03, aprovado pelo CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária, o benefício da isenção do ICMS às empresas catarinenses está condicionado ao desconto no preço ao valor equivalente ao imposto dispensado e a indicação do valor do desconto no respectivo documento fiscal de venda ou prestação de serviços; e à comprovação de inexistência de similar produzido no país, na hipótese de qualquer operação com mercadorias importadas do exterior, conforme previsto no parágrafo 1º da Cláusula Primeira do Convênio CONFAZ nº 26/2003, ficando ressalvadas as hipóteses em que a isenção mencionada não se aplica nos termos previstos no Decreto Estadual nº 255, de 21/05/2003.

2.3.2 – Nos termos do Convênio ICMS 26/03, quando se tratar de operação interna relativa à aquisição de bens, as licitantes beneficiadas com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas de preços já com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

2.3.3 – Nos casos em que for aplicável a isenção do ICMS, o licitante deverá, obrigatoriamente, **informar a respectiva alíquota** via comunicação “CHAT”, caso seja o primeiro colocado, depois de encerrada a disputa de lances.

2.3.4 – A isenção supracitada não se aplica a licitante vencedora, quando:

- a) A aquisição for efetuada com empresa cadastrada no SIMPLES/Nacional;
- b) A aquisição for efetuada com empresa sediada em outros estados;
- c) O objeto adjudicado for sujeito ao regime de substituição tributária, desde que efetuado com estabelecimento substituído.

2.3.5 – Eventuais dúvidas quanto ao benefício citado podem ser dirimidas junto a qualquer das Gerências Regionais da Fazenda Estadual – GERG, da Diretoria de Administração Tributária – DIAT, da Secretaria de Estado da Fazenda ou, ainda, no site www.sef.sc.gov.br

3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que atenderem as exigências estabelecidas neste edital.

3.1.1 - Poderão participar da presente licitação pessoas jurídicas legalmente constituídas para o exercício de atividade econômica pertinente ao objeto, que atendam às demais condições de habilitação do edital.

3.2 – Não será admitida a participação de:

- 3.2.1 – empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste pregão;
- 3.2.2 – empresas em consórcio;
- 3.2.3 – empresas em recuperação judicial ou extrajudicial, ou cuja falência tenha sido declarada, que se encontram sob concurso de credores ou em dissolução ou em liquidação;
- 3.2.4 – empresas punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração usuária do Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina - SEA, durante o prazo estabelecido para a penalidade;
- 3.2.5 – empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- 3.2.6 – empresas cujos diretores, gerentes, sócios e empregados sejam servidores ou dirigentes do órgão/entidade licitante, bem como membro efetivo ou substituto da Comissão de Licitação.

3.3 – A participação na licitação implica, automaticamente, na aceitação integral e irrevogável dos termos e conteúdos deste edital e seus Anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor; e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

4 – DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO

4.1 – Coordenar o processo licitatório;

4.2 – Receber, examinar e encaminhar as impugnações devidamente instruídas à autoridade superior;



- 4.3 – Receber, examinar e responder os questionamentos ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração;
- 4.4 – Conduzir a sessão pública na internet;
- 4.5 – Verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;
- 4.6 – Dirigir a etapa de lances;
- 4.7 – Verificar e julgar as condições de habilitação;
- 4.8 – Receber a documentação adicional quando necessário;
- 4.9 – Receber, examinar e encaminhar os recursos devidamente instruídos à autoridade superior para deliberação;
- 4.10 – Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- 4.11 – Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior para homologação e contratação; e
- 4.12 – Conduzir os trabalhos da equipe de apoio.

5 – DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME

- 5.1 – As pessoas físicas ou jurídicas deverão dispor de chave identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema eletrônico emitida pelo sistema de Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina da Secretaria de Estado da Administração.
 - 5.1.1 – Atribuição de chave de identificação e de senha, obtidas a partir da homologação do Cadastro Geral de Fornecedores, credenciará o interessado em participar do pregão eletrônico e o qualificará para fornecimento e envio de proposta eletrônica para o objeto correspondente ao grupo-classe indicado no **Anexo I**.
 - 5.1.2 – Caso não consiga visualizar o processo para envio de proposta eletrônica, o credenciado precisa solicitar qualificação ao grupo-classe correspondente junto ao Cadastro Geral de Fornecedores.
- 5.2 – O procedimento para inscrição e alterações, no Cadastro Geral de Fornecedores, encontra-se disponível no *site* do Portal de Compras pelo endereço <http://portaldecompras.sc.gov.br>, clicando em seguida no *link* “Fornecedores”.
- 5.3 – A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão na forma eletrônica, correspondente ao seu grupo-classe registrado no Cadastro Geral de Fornecedores, para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no Sistema eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Secretaria de Estado da Administração, devidamente justificada.
- 5.4 – É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
 - 5.4.1 – A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do Sistema eletrônico, para imediato bloqueio de acesso.
- 5.5 – O credenciamento da licitante e de seu representante legal junto ao Sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
 - 5.5.1 – Para o correto funcionamento do Sistema recomenda-se os seguintes requisitos mínimos:
 - a) Conexão de internet com velocidade nominal de 2MB ou superior;
 - b) Navegador Internet Explorer 8, ou 9 com Modo de Compatibilidade ativado, com Javascript habilitado e *POPUPS* liberados (não bloqueados).

6 – DA PARTICIPAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO

- 6.1 – A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio de acesso restrito e digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta eletrônica de preços, por meio do Sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos.
 - 6.1.1 – O sistema de licitações estará disponível no endereço <http://portaldecompras.sc.gov.br/> ou <http://e-lic.ciasc.gov.br/>, na área de acesso restrito.
- 6.2 – Como requisito para a participação no pregão, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no edital.



6.2.1 – Quando a licitante for beneficiária da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, deverá manifestar em campo próprio do Sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento das exigências previstas na lei.

6.2.2 – A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas na legislação vigente aplicável à matéria.

6.2.3 – A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.2.4 – A licitante não poderá se identificar (nome, CNPJ, papel timbrado da empresa, telefone, email, site da empresa, etc.) nesta proposta comercial, **SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO DA MESMA.**

6.2.4.1 – Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

6.3 – Caberá à licitante acompanhar as operações no Sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

6.4 – As licitantes deverão comunicar imediatamente ao provedor do Sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

6.5 – As licitantes deverão solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

6.6 – O fornecedor descredenciado no Cadastro Geral de Fornecedores terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

7 – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

7.1 – Iniciada a sessão pública do pregão, esta não será suspensa ou transferida, salvo motivo excepcional assim caracterizado pelo pregoeiro.

7.2 – Verificando-se o adiamento da sessão pública do pregão, o pregoeiro determinará nova data para continuação dos trabalhos, ficando intimadas as licitantes.

7.3 – O pregoeiro poderá interromper a sessão, temporariamente, para determinar alguma providência administrativa para o bom andamento dos trabalhos.

7.4 – No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o Sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.5 – Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

8 – DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS

8.1 – Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, as licitantes interessadas deverão encaminhar proposta e, se for o caso, o respectivo Anexo, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do Sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

8.2 – Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

8.3 – As licitantes receberão, por e-mail, comprovante de recebimento das suas propostas eletrônicas enviadas, com a indicação do dia e respectivo horário de registro.

8.4 – A proposta entregue não poderá ter prazo de validade inferior a 60 dias, sendo este o prazo considerado em caso de omissão.

8.5 – Sob pena de desclassificação, a proposta eletrônica deverá ser preenchida:

a) Para cada item, o preço unitário do item, com 2 (duas) casa decimais, expresso em reais, no campo “valor da proposta”;

8.5.1 – Caso seja solicitado e couber ao objeto, conforme **Anexo III** – modelo da proposta de preços eletrônica, deverá ser indicado se couber fabricante/representante, procedência, marca e/ou modelo do objeto cotado no



campo correspondente a cada item, sob pena de desclassificação. Nos casos em que a marca coincidir com o nome da empresa o campo deverá ser preenchido com a expressão “Marca Própria”.

8.5.2 – A proposta de preços com base nas especificações constantes deste edital, estará condicionada às informações cadastradas no Sistema de Cadastro Geral de Fornecedores, que contém, obrigatoriamente, a razão social completa e CNPJ da licitante, endereço, telefone e/ou “fac-símile” e endereço eletrônico (e-mail).

8.6 – As licitantes deverão manter suas informações cadastrais atualizadas, junto ao Cadastro Geral de Fornecedores, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens divulgadas via “CHAT” ou emitidas pelo Sistema junto ao seu endereço eletrônico (e-mail).

8.7 – Nos preços cotados devem estar inclusos todos os custos relacionados com a remuneração e encargos sociais e outros, pertinentes a aquisição do objeto, bem como **taxas, impostos, fretes, e demais despesas diretas e indiretas incidentes** sobre o mesmo.

8.8 - A licitante vencedora do certame, quando houver Cotação de Proposta por Lote, deverá ajustar sua proposta no Sistema eletrônico, após a adjudicação, com os respectivos valores unitários readequados ao valor total representado pelo lance vencedor, no prazo de 1 dia útil, contado a partir da convocação do pregoeiro.

8.9 – Após a contratação, na aquisição do objeto, a Contratante, aleatoriamente e por amostragem, poderá efetuar análise, para efeito de comprovação das características e da qualidade exigidas nas especificações do objeto descritas no **Anexo I** do Edital. A comprovação será efetuada pela própria contratante ou por terceiros por ela contratados para essa finalidade e as despesas oriundas desses custos serão atribuídos à responsabilidade da Contratada.

8.10 – Os valores serão preenchidos no campo Valor Unitário, que agrupará um Valor total, quando houver Cotação de Proposta por Lote, sendo esse, o qual será disputado e efetivado o lance, porém alertamos que o equilíbrio do desconto concedido no lance do lote obrigatoriamente refletirá nos itens inclusos a ele.

8.11 – A proposta apresentada de acordo com o modelo constante no **Anexo III** deste edital, deverá obrigatoriamente conter:

- a) A identificação do objeto ofertado, observadas as especificações constantes do **Anexo I** do presente edital, informando as características, marca do produto cotado/oferecido, quando couber, e quaisquer outros elementos referentes ao bem cotado, de forma a permitir que o pregoeiro possa facilmente constatar se as especificações no presente Pregão foram ou não atendidas;
- b) O preço unitário de cada item e o total global expresso em reais, com no máximo 2 (duas) casas decimais;
- c) O prazo de validade de proposta será de 60 dias, contados da data limite para apresentação das propostas neste Pregão, podendo ser prorrogado conforme necessidade;
- d) O prazo de fornecimento cotado será de 12 meses a contar da publicação da ata de registro de preços.

9 – DA ABERTURA DA SESSÃO E ETAPA DE LANCES

9.1 – A partir do horário previsto no edital terá início a sessão pública do pregão eletrônico momento o qual o Sistema disponibilizará campo próprio (CHAT) para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

9.2 – O pregoeiro verificará propostas eletrônicas de preços apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

9.2.1 – A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no Sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.2.2 – O Sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

9.3 – A partir do horário previsto no edital o pregoeiro dará início à fase competitiva (etapa da disputa) e o Sistema eletrônico emitirá aviso via CHAT.

9.3.1 – O pregoeiro abrirá o item/lote quando então os licitantes poderão encaminhar lances, exclusivamente, por meio do Sistema eletrônico.

9.3.2 – Será considerado como primeiro lance a proposta inicial apresentada.

9.4 – As licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do Sistema eletrônico, em campo próprio, sendo imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro, visualizando seu horário e valor no link “histórico de lances”.



9.5 – Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos somente inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo Sistema.

9.5.1 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro.

9.6 – Somente a licitante de menor lance dentre os ofertados, e enquanto mantiver esta situação, visualiza em tempo real o ícone “troféu”.

9.7 – Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.7.1 – O Sistema não identificará os autores dos lances podendo visualizar valores e horários registrados no link “histórico de lances”.

9.8 – O pregoeiro abrirá os itens/lotos para a recepção de lances, conforme estabelecido no edital.

9.8.1 – Após aberto os itens/lotos da sessão pública para disputa, a recepção de lances terá duração mínima de 5 (cinco) minutos, e será encerrada por decisão do pregoeiro.

9.8.2 – O Sistema eletrônico emitirá aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual, será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.8.3 – Depois de encerrados, automaticamente, os itens/lotos para a recepção de lances, por comando do pregoeiro, encerrar-se-á a fase competitiva (etapa da disputa) e o Sistema eletrônico emitirá aviso via *CHAT* iniciando as fases de negociação, aceitabilidade e habilitação.

9.9 – O Sistema, automaticamente, verificará os requisitos para a aplicação da Lei Complementar nº 123/2006. Na sequência o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

9.9.1 – Poderá o pregoeiro, antes de anunciar o vencedor, encaminhar, pelo Sistema eletrônico, contraproposta diretamente à proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtida melhor proposta, bem como decidir sobre sua aceitação, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

9.9.2 – A negociação será realizada por meio do Sistema de troca de mensagens (*CHAT*), podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.10 – Ocorrendo o empate, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

9.10.1 – Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas/lances apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta/lance mais bem classificada. Conforme disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações;

9.10.2 – Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) o Sistema aplicará automaticamente o benefício da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, quando houver empresas dentro das condições previstas na lei;

b) o Sistema convocará automaticamente a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, momento que abrirá campo para recepção de lances, para apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame (no prazo máximo de 3 (três) minutos sob pena de preclusão), situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

c) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I, do caput do artigo 45, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º, do art. 44, desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

d) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º, do art. 44, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.11 – O disposto no subitem 9.10 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.



9.12 – Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no subitem 9.10, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

9.13 – Sendo primeira colocada do item ou lote empresa que se enquadra na isenção de ICMS, prevista no convênio nº 26/03, esta deverá informar a respectiva alíquota, via comunicação “CHAT”, depois de encerrada a disputa de lances.

9.14 – Após encerramento da sessão, quando houver cotação de proposta por lote, a licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, detalhar, no Sistema eletrônico, sua proposta readequada, com os respectivos valores unitários,

9.14.1 – Após o encerramento da fase de lances, antes da habilitação, quando a licitação for cotada por item, a licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, detalhar, no Sistema eletrônico, sua proposta readequada, com os respectivos valores unitários, após a convocação do Pregoeiro, objetivando a emissão do contrato, nota de empenho e do documento fiscal, observado o que consta no subitem 2.2.

9.18 – Iniciada a etapa de habilitação da sessão pública, a licitante detentora da melhor oferta deverá atender as exigências de habilitação previstas no item 10 deste edital.

9.19 – O Sistema anunciará a licitante vencedora após adjudicação, ou, quando houver recursos, após a homologação.

9.20 – Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o edital.

9.21 – Após encerramento da sessão, a licitante vencedora do certame, deverá, obrigatoriamente, detalhar, no Sistema eletrônico, sua proposta readequada, com os respectivos valores unitários, no prazo de 1 dia útil, contado da data de encerramento da sessão, objetivando a emissão do contrato, nota de empenho e do documento fiscal.

10 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 – Certificado de Cadastro de Fornecedores – CCF:

10.1.1 – A habilitação dos licitantes será analisada por meio do Certificado de Cadastro de Fornecedores – CCF, emitido pela DGMS – Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços, da Secretaria de Estado da Administração, pertinente ao grupo-classe objeto desta licitação, para verificação da regularidade nos documentos por ele abrangidos, devendo apresentar prazo de validade, no mínimo, até a data limite fixada para a abertura das propostas.

10.1.2 – O CCF que apresentar Situação Cadastral com alguma restrição nos documentos por ele abrangidos, será comunicado pelo pregoeiro ou equipe de apoio, por meio eletrônico, da obrigatoriedade do encaminhamento de documento hábil correspondente, no prazo de até 30 minutos.

10.1.2.1 – O pregoeiro ou equipe de apoio, verificará, nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, a autenticidade dos documentos solicitados e enviados, constituindo meio legal de prova.

10.2 – Além do exigido no subitem 10.1, a licitante melhor classificada deverá apresentar ainda:

10.2.1 – Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel personalizado do emissor e devidamente assinado pelo responsável, que comprove que a empresa prestou ou vem prestando serviço de natureza compatível em características ao item I do lote objeto deste edital. Para comprovação desta exigência, o licitante poderá apresentar um ou mais atestados técnicos com as especificações exigidas.

10.2.2 – O **Anexo VI** – Informações da empresa vencedora para contratação - deste edital deverá ser encaminhado devidamente preenchido junto aos demais documentos de habilitação, por meio eletrônico.

10.2.3 - Os documentos exigidos para habilitação, que não estejam contemplados no CCF, deverão ser apresentados por meio eletrônico, após convocação do pregoeiro no Sistema eletrônico via “CHAT”, em até 30 (trinta) minutos, inseridos como Anexos no Sistema eletrônico ou no endereço eletrônico informado pelo pregoeiro.

10.2.4 - Os documentos originais exigidos para habilitação e que não estejam contemplados no CCF, poderão ser solicitados por meio físico e deverão ser apresentados em envelope fechado conforme o **Anexo IV**, no endereço da sede da Fesporte.



10.3 – Da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte:

10.3.1 – O CCF das microempresas e empresas de pequeno porte que apresentar situação cadastral com alguma restrição nos documentos correspondentes a regularidade fiscal por ele abrangidos, o pregoeiro ou equipe de apoio comunicará por meio eletrônico, a obrigatoriedade do encaminhamento de documento hábil correspondente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.3.1.1 – A regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, que apresentem restrição no Certificado de Cadastro de Fornecedores – CCF, poderá ser comprovada, com o encaminhamento de documento hábil no prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.3.1.2 – O prazo para a regularização e envio da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, corresponderá de início o momento em que o proponente for considerado inabilitado do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública.

10.3.1.3 – A não-regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará na decadência do direito da microempresa ou empresa de pequeno porte à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis por descumprimento de obrigações contratuais previstas neste edital e na legislação vigente aplicável à matéria (advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração), sendo facultada à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

10.4 – Os comprovantes de regularidade fiscal exigidos, deverão apresentar prazo de validade, no mínimo, até a data limite fixada para a abertura das propostas. Não constando a vigência, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias da data da emissão.

10.5 – A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se as sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520 e no art. 90 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

10.6 – Os documentos quando solicitados por meio eletrônico, poderão ser inseridos como Anexos no Sistema eletrônico ou pelo endereço informado pelo pregoeiro.

10.7 – O pregoeiro fará, durante a fase de habilitação, a verificação por meio de consulta online:

10.7.1 – Da existência de registros impeditivos da contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) (www.transparencia.gov.br);

10.7.2 – Da existência de registros impeditivos da contratação no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br / improbidade_adm/consultar_requerido.php);

11 – JULGAMENTO

11.1 – Será considerada primeira classificada, a proposta que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos em conformidade com este edital, apresentar o **“MENOR PREÇO POR LOTE”**.

11.2 – Se a licitante primeira classificada não apresentar a situação de habilitação regular, poderá ser convocada outra licitante.

11.3 – No caso do subitem 11.2, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo a sua habilitação e, assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

11.4 – Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do ato convocatório da licitação.

11.5 – Não serão consideradas, para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens não previstas no edital.



12 – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1 – Qualquer pessoa, até dois dias úteis a abertura da sessão, poderá impugnar o ato convocatório acessando os endereços eletrônicos www.portaldecompras.sc.gov.br ou e-lic.sc.gov.br, selecionando painel de controle botão Impugnações.

12.2 – O fornecedor cadastrado e qualificado para fornecimento do objeto (grupo-classe) correspondente, poderá também realizar o acesso restrito com *login* e *senha* clicando diretamente no link do processo para impugnações, selecionando painel de controle botão Impugnações.

12.3 – O Sistema permite, após salvar as informações iniciais e emitir o número de registro da impugnação, inserir Anexos imediatamente antes de fechar a janela.

12.3.1 – As impugnações registradas no Sistema, constituem meio legal de prova, desde que devidamente assinado, não sendo obrigatório o encaminhamento do original.

12.4 – Caso efetuem impugnações sem o uso do Sistema, estas deverão estar dirigidas à autoridade superior, subscritas por representante habilitado legalmente ou identificado no processo para responder pelo proponente, sendo obrigatório protocolo no prazo legal.

12.4.1 – Deverão ser apresentados em envelope fechado (preferencialmente opaco), de forma a não permitir a violação de seu conteúdo, rubricados no fecho e identificados com etiqueta conforme o **Anexo IV**, no endereço da sede da Fesporte.

12.5 – Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal.

12.6 – Após a fase de habilitação, encerrados os itens/lotes e declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer contra decisões do Pregoeiro, de forma imediata e motivada, em campo próprio do Sistema, sendo-lhe concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

12.6.1 – A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem 12.6, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

12.6.2 – Para fins deste edital considera-se “imediata”, a manifestação realizada **no prazo de 30 (trinta) minutos**, contado a partir do encerramento da fase de habilitação.

12.7 – O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.8 – O Sistema permite, após salvar as informações iniciais e emitir o número de registro do recurso, inserir Anexos antes de fechar a janela.

12.9. – Os recursos registrados no Sistema, constituem meio legal de prova, não sendo obrigatório o encaminhamento do original.

12.10 – Caso efetuem recursos sem o uso do Sistema, estes deverão estar dirigidas à autoridade superior, subscritas por representante habilitado legalmente ou identificado no processo para responder pelo proponente, sendo obrigatório protocolo no prazo legal.

12.10.1 – Deverão ser apresentados em envelope fechado (preferencialmente opaco), de forma a não permitir a violação de seu conteúdo, rubricados no fecho e identificados com etiqueta conforme o **Anexo IV**, no endereço e horário constante no subitem 20.1.2.

12.11 – Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal.

12.12 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

12.13 – No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata via *CHAT* e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



13 – DA CONTRATAÇÃO

13.1 – A celebração do Contrato será formalizada com a Fundação Catarinense de Esporte, mediante a expedição da Autorização de Fornecimento e/ou Contrato.

13.2 – Da convocação para assinatura do Contrato e/ou Autorização de Fornecimento:

13.2.1 – A licitante vencedora será convocada pela Contratante, para assinatura do Contrato e/ou retirada da Autorização de Fornecimento, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data da convocação.

13.2.1.1 – A licitante convocada poderá pedir prorrogação do prazo, por igual período, para assinatura do Contrato e/ou retirar a Autorização de Fornecimento, desde que formulada no curso do prazo inicial e alegado justo motivo, condicionado o atendimento do requerido, à aceitação dos motivos pela contratante.

13.2.1.2 – Havendo recusa injustificada, por parte da licitante vencedora, para assinatura do Contrato e/ou retirar a Autorização de Fornecimento, o órgão/entidade requisitante cominará multa à empresa no valor equivalente a 20% (vinte por cento), calculado sobre o valor estimado da contratação, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e neste edital.

13.2.2 – Se a licitante vencedora não apresentar situação de habilitação regular, tiver a sua amostra ou prospecto desclassificados ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o Contrato e/ou retirar a Autorização de Fornecimento, poderá ser convocada outra licitante. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo a sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, que será declarada a vencedora do certame, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

13.2.3 – É vedada a formalização de contratos de qualquer natureza, incluindo os relativos à concessão de serviços públicos e programas de apoio e linhas de crédito, pela Administração Pública estadual direta ou indireta, com as empresas inseridas no Cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), conforme o art. 2º da Lei nº 17.493/2014.

13.3 – Da rescisão contratual

13.3.1 – A rescisão do Contrato de serviço poderá ocorrer na forma e hipóteses previstas pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

13.3.1.1 – Da rescisão contratual decorrerá o direito de a contratante, incondicionalmente, reter os créditos relativos ao Contrato até o limite do valor dos prejuízos causados ou em face ao cumprimento irregular do avençado, além das demais sanções estabelecidas neste edital, no Contrato e em lei, para a plena indenização do erário.

13.3.2 – As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à Contratada são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009 e neste edital.

13.4 – Dos direitos da Administração

Ficam resguardados os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, na forma estabelecida no artigo 77, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

13.5 – Da execução do Contrato

13.5.1 – São partes integrantes do Contrato/Autorização de Fornecimento a ser assinado, como se transcritos estivessem, o presente edital de licitação, seus anexos e quaisquer complementos, os documentos, propostas e informações apresentadas pela licitante vencedora e que deram suporte ao julgamento da licitação.

13.5.2 – Quaisquer atos ou ações praticados por empregados, prepostos ou contratados da contratante, que resultarem em qualquer espécie de dano ou prejuízo para a Administração Pública e/ou para terceiros, serão de exclusiva responsabilidade da contratada.

16.5.3 – São de responsabilidade da contratada eventuais demandas judiciais de qualquer natureza, contra ela ajuizadas, relacionadas ao presente edital e à execução do Contrato.

13.5.4 – A licitante vencedora deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente à contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

13.6 – Da alteração do Contrato

13.6.1 – O Contrato a ser celebrado poderá ser alterado, na forma e condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.



13.6.1.1 – A contratada fica obrigada a aceitar, nos termos do art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessário até 25% do valor atualizado do Contrato, não cabendo nesse caso qualquer tipo de indenização.

13.7 – Da vigência do Contrato

Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme o disposto no art. 57 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

13.8 – Da fiscalização do Contrato

13.8.1 – A fiscalização, aceitação e rejeição do objeto adquirido, pelo órgão Contratante, deverá atender ao que se encontra definido no edital e seus anexos.

14– DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1 – O pagamento da presente licitação correrá a conta dos recursos consignados no orçamento da FESPORTE via Fonte 0100 Ação 11138, Item 44.90.39 e 33.90.39.

15 – DO PAGAMENTO DAS DESPESAS

15.1 – As despesas resultantes do presente pregão serão pagas de acordo com a proposta de preços apresentada pela empresa julgada vencedora, observado o que consta neste edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

15.1.2 – O preço estabelecido é fixo, único e irrevogável, durante a vigência do Contrato, e inclui todos e quaisquer ônus, quer sejam tributários, fiscais ou trabalhistas, seguros, impostos e taxas, transporte, frete e quaisquer outros encargos necessários à execução do objeto do Contrato, exceto nos casos previstos no art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

15.2 – O pagamento será:

15.2.1 – Efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome do órgão/entidade participante, devendo constar também o número da licitação, e da Autorização de Fornecimento e/ou Contrato.

15.2.2 – Realizado por intermédio do Banco do Brasil, até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente ao fornecimento e/ou prestação dos serviços, contados da data de entrega e aceite, desde que comprovada a regularidade fiscal e trabalhista da Contratada, com a apresentação dos seguintes documentos:

I – Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), ou contribuinte que possuir a Certidão Específica Previdenciária e a Certidão Conjunta PGFN/RFB, dentro do período de validade nelas indicados, poderá apresentá-las conjuntamente;

II – Certidão de Regularidade Fiscal relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF/FGTS;

III – Certidão Negativa de Débitos Estadual, de Santa Catarina e do Estado sede da empresa;

IV – Certidão Negativa de Débitos Municipal, do Município sede da empresa;

V – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

15.2.2.1 – A não-apresentação dos documentos enunciados no subitem anterior implicará na suspensão do pagamento até sua apresentação, não sendo exigível, neste caso, atualização financeira dos valores, por inadimplemento.

15.3 – Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, bem assim, em razão de dano ou prejuízo causado à Contratante ou a terceiros, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

15.4 – O pagamento da fatura será suspenso se verificada execução defeituosa do Contrato e enquanto persistirem restrições quanto ao fornecimento efetivado, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

15.5 – Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento pela Contratante, sem que haja culpa da Contratada, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 117, da Constituição Estadual e artigo 40, inciso XIV, alínea “c”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.



16 – DAS SANÇÕES

16.1 – As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas às sanções e penalidades estabelecidas no Edital, na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, quais sejam:

I – Advertência;

II – Multa:

a) 0,33% por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9%;

b) 10% em caso de não entrega do objeto, não execução do serviço ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

III – Suspensão:

A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 5 anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

a) não celebrar o Contrato;

b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;

c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

d) não manter a proposta;

e) falhar ou fraudar na execução do Contrato;

f) comportar-se de modo inidôneo;

g) cometer fraude fiscal.

16.2 – Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou Contratada.

16.3 – A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se as sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520 e no art. 90 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

16.4 – As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/contratada.

16.5 – Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

17 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 – Vistas e cópias obedecerão aos seguintes procedimentos:

17.1.1 – Vistas ao processo licitatório poderão ser realizadas, via Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos - SGPE, disponível no endereço eletrônico <https://sgpe.sea.sc.gov.br>, no link Consulta de Processos.

17.1.2 – Cópia deste edital e seus Anexos poderá ser obtida pelos interessados, no endereço eletrônico <http://www.fesporte.sc.gov.br/>, por intermédio do link “Licitações” ou no <http://portaldecompras.sc.gov.br/>.

17.1.2.1 – A Administração não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste edital, que não sejam obtidas nos meios informados no item 2.1.

17.2 – É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

17.3 – As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

17.4 – A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do Contrato que se fizerem necessários, por conveniência da Contratante, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sem direito a qualquer indenização.



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTE – FESPORTE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL

17.5 – A Fundação Catarinense de Esporte - FESPORTE poderá revogar o presente pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

17.6 – O presente edital e seus Anexos poderão ser alterados, pela Fundação Catarinense de Esporte - FESPORTE, antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art. 21, § 4º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou a abertura das Propostas Eletrônicas e Documentos Adicionais.

17.6.1 – Caso ocorram alterações neste edital, as mesmas serão disponibilizadas no site <http://www.fesporte.sc.gov.br/>, por intermédio do *link* “Licitações” ou no <http://portaldecompras.sc.gov.br/>, e ainda, enviadas aos interessados registrados.

17.7 – A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irrevogável dos termos e conteúdos deste edital e seus Anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor; e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.8 – Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para apreciação judicial de quaisquer questões resultantes deste edital.

Florianópolis-SC, 13 de novembro de 2019.

Rui Godinho da Mota
PRESIDENTE



ANEXO I

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 0032/2019

QUADRO DE QUANTITATIVOS, ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS

Lote I - SISTEMA ONLINE DE GESTÃO ESPORTIVA					
ITEM	GRUPO CLASSE	CÓDIGO	PRODUTO - CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS	UNIDADE	QUANTIDADE
001	0219	05004-6 001	<p>Desenvolvimento e Manutenção de Software</p> <p>Acessibilidade: Além de prático e intuitivo o sistema deve possibilitar acessos de pessoas com deficiências; Textos devem poder ser lidos por sistema para deficientes visuais; Os padrões podem ser pesquisados e testados em www.w3c.org ou www.w3c.br</p> <p>Desenvolvimento: Páginas em HTML ou PHP e estilos em CSS; Linguagem PHP; Caso a empresa vencedora decida por desenvolver em outra linguagem de programação; A contratada deve oferecer curso de pelo menos 40 horas para 02 funcionários e/ou terceirizados indicados pela FESPORTE. O curso deve ser baseado no próprio sistema oferecido para a FESPORTE. A empresa vencedora deve arcar com todos os custos de capacitação e licenças de uso das linguagens e/ou softwares utilizados. Banco de dados MySql ou outro que possua licença livre e painel de administração. Caso a empresa vencedora queira utilizar outro banco de dados, ela deve arcar com todos os custos relacionados a banco de dados para a FESPORTE. Página principal - Home page contendo menu para outras seções e informações contidas no site, conforme orientação da FESPORTE e também deve conter:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Inscrições abertas no momento para eventos próximos;2. Resultados de competições em andamento;3. Banners e/ou outras imagens;4. Galeria de imagens (recentes ou de eventos específicos);5. Integração com redes sociais - Facebook, Twitter, Instagram e outros; <p>Sistema online:</p> <ol style="list-style-type: none">6. Permitir que o sistema seja executado via browser em Windows, IOS, Android e versões linux;7. Layout deve ser discutido e aprovado durante a criação do sistema;8. Permitir atualizações;9. O sistema deve permitir atualizações via painel de administrador:<ol style="list-style-type: none">i. Alterações no Layout;	Unidade	1



		<p>ii. Inserir novos eventos e/ou modalidades; iii. Inserir novas funcionalidades 10. Sistema deve permitir visitantes para acompanhar placar em tempo real, resultados, horários e perfis de atletas, cidades e eventos. 11. Área para download e upload de documentos; 12. Galerias de fotos;</p> <p>Cadastro de organizadores (Usuários do sistema): 13. Cadastro completo; 14. Foto; 15. Documentos; 16. Funções; 17. Agenda;</p> <p>Cadastro de equipes (Municípios e/ou Escolas): 18. Pré-cadastro de equipes; 19. Confirmação de inscrição pelo organizador do evento (Via sistema); 20. Liberação de ficha de atletas; 21. Envio de e-mail com ficha de atletas para as equipes; 22. Relatórios; i. Equipes com atletas inscritos; ii. Equipes sem atletas inscritos; iii. Equipes não participantes; iv. Participação das equipes por evento; v. Participação das equipes por modalidade; vi. Participação das equipes por idade; vii. Outros que se fizerem necessários durante o período de testes;</p> <p>Cadastro definitivo de atletas de Santa Catarina: 23. Campos; i. Nome Completo; ii. CPF; iii. Endereço; iv. Naturalidade; v. Possibilitar documentos via PDF ou JPG; vi. Foto para identificação; vii. Vídeos; viii. Cadastro de atletas deve ser feito pelos municípios e/ou Escolas ou quem a Fesporte indicar; ix. O cadastro não pode permitir duplicidade nem cadastros incompletos; 1. Incluir verificação de CPF junto a Receita Federal quando se fizer necessário. x. Deve comportar inicialmente a inclusão de ao menos 300.000 (Trezentos mil) atletas.</p> <p>Impressão de credencial com Foto e QRcode para controle de acesso aos eventos; 24. O cadastro deve ser verificado em algum momento antes do evento, este trabalho será feito por um usuário cadastrado para este fim; 25. Relatórios com filtros, possibilitando contagem de atletas por: i. Evento; ii. Modalidade; iii. Município;</p>		
--	--	--	--	--



		<p>iv. Participações; v. Horário de disputas; vi. Outros;</p> <p>Cadastro das disputas por evento e modalidade (Disputas individuais e coletivas conforme Lista no Anexo II);</p> <p>26. Cadastro das Fases</p> <p>i. Apresentação das fases (Grupos ou chaves); ii. Tipos de fases (Eliminatória ou Classificatória); iii. Quantidade de Grupos e Jogos;</p> <p>27. Cadastro dos Grupos</p> <p>i. Equipes; ii. Critérios de Classificação; iii. Pontuação; iv. Definição dos critérios para ranking da competição;</p> <p>28. Cadastro da Premiação</p> <p>i. Quantidade de premiados; ii. Composição dos premiados para cálculo de medalhas e/ou troféus;</p> <p>29. Sorteio de Grupos e/ou Agendamento dos jogos;</p> <p>i. Cadastro e definição das equipes nos grupos;</p> <p>30. Cadastro da Arbitragem;</p> <p>i. Envio de e-mail para árbitro escalado; ii. Apresentação da lista de arbitragem na página do organizador;</p> <p>31. Agendamento dos jogos;</p> <p>i. Troca de mandante da partida; ii. Alteração de rodada; iii. Definições de data, hora e local com checagem de conflito entre jogos, equipes, locais, datas, horários e arbitragem; iv. Escala dos árbitros; v. Geração de súmulas online e/ou impressas;</p> <p>32. Controle de Penalidades;</p> <p>i. Cadastro de penalidades automáticas de Atletas e comissão técnica; ii. Cadastro de Punições; iii. Apresentação de situação de suspensão nas súmulas Online e impressa;</p> <p>33. Cadastro de resultados - Súmulas dos Jogos;</p> <p>i. Preenchimento de Resultado geral da disputa em navegadores web; ii. Preenchimento completo da súmula da disputa em navegadores web; iii. Opção para preenchimentos via Android e IOS em sistema próprio;</p> <p>Divulgação nas mídias sociais integrada com o sistema</p> <p>34. Transmissão de eventos ao vivo; 35. Compartilhamento de fotos, vídeos e perfis; 36. Compartilhamento de Placar ao vivo e Resultados; 37. Compartilhamento de boletins e tabelas;</p> <p>Páginas com Perfis</p> <p>38. Perfis dos atletas; 39. Perfis das competições;</p>		
--	--	--	--	--



			<p>40. Perfis dos municípios. Calendário/Agenda de Eventos (Público) 41. Criação das tabelas e chaveamento dos eventos; 42. Premiação (Quantidade de medalhas, Local e hora) 43. Boletins em tempo real(Permitir envio de documentos PDF) i. Por Partida; ii. Modalidade; iii. Evento; iv. Município; v. Atleta.</p> <p>Banco de Imagens por evento de fácil acesso para usuários visitantes. Visualização dos dados no site; 44. Partidas em andamento e concluídas; 45. Agrupamento das competições em hot site individual conforme modelo da competição; i. Competições com agrupamento de modalidades 1. hot site com a logo de cada modalidade; 2. Ranking; ii. Competições de modalidade única. 1. Tabela dos jogos; a. Por categoria; b. Por data e local da partida; c. Por equipe; 2. Mapa de locais dos jogos; 3. Cartões e suspensões; 4. Melhores pontuadores; 5. Classificação geral; 6. Classificação por grupo; iii. Área para notícias, fotos e vídeos da competição; 46. Banner de topo personalizado por competição; 47. Menu diferenciado por competição; i. Conteúdo das páginas de Menus e submenus; ii. Notícias; iii. Galeria de Fotos; Permitir integração com o Site da FESPORTE; 48. Imagens; 49. Vídeos; 50. Placar em tempo real; 51. Tabelas;</p> <p>Auditoria 52. O sistema deve manter registros de acessos e alterações em todas as áreas do sistema, devendo conter: i. IP; ii. Login; iii. Data e hora; iv. Detalhes das alterações;</p> <p>Credenciamento e controle de acesso de Atletas e Staff:</p> <ul style="list-style-type: none">• Esta funcionalidade do sistema deve rodar em Android e IOS;• Deve utilizar o cadastro de atletas no banco de dados para conferência;• Deverá ter ao menos 04 reuniões;• 01 Após assinatura do contrato;		
--	--	--	--	--	--



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTE – FESPORTE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL

			<ul style="list-style-type: none">• 30 dias de desenvolvimento;• 60 dias de desenvolvimento;• 90 dias de desenvolvimento;• Outras reuniões podem ser marcadas com aviso prévio de 07 dias;• Deve atender as necessidades do controle de acesso:• Refeitório;• Mostrar foto para comparar com identificação;• Evitar duplicidade;• Fazer contagem para relatórios posteriores;• Alojamento;• Mostrar foto para comparar com identificação;• Fazer contagem para relatórios posteriores;• Transporte;• Mostrar foto para comparar com identificação;• Fazer contagem para relatórios posteriores;		
002	0219	05004-6 001	Evolução do Sistema; 250 horas de desenvolvimento após a entrega do sistema; * Atualizações necessárias para atender novas situações; * Novas modalidades esportivas; * Novos Eventos; * Funcionalidades novas;	Unidade	1
003	0219	05004-6 001	Hospedagem e Backup O período de Hospedagem e Backup deve ser de 24 meses: A contratada deve manter e se responsabiliza pela hospedagem do sistema; Servidor localizado em datacenter de grande porte; Servidor deve conter apenas arquivos referentes ao sistema ou a Fesporte; Servidores devem permitir aumento de capacidade para períodos de inscrições e/ou Jogos(Eventos); Os servidores devem ser monitorados periodicamente em conjunto com o Setor de Informática da Fesporte; Em períodos de sistema ocioso as configurações podem ser diminuídas para reduzir custos; A contratada é responsável pela contratação, manutenção e suporte do servidor de hospedagem; Backup; Devem ser totais e não apenas do banco de dados; Deve ser executado diariamente; Deve ser executado de hora em hora durante os períodos de inscrições e/ou Jogos(Eventos);	Por serviço	24
004	0219	05004-6 004	Serviço de Suporte Técnico Manutenção O período de manutenção e suporte deve ser de 24 meses; Manutenção são todas as alterações e atualizações que necessitam ser feitas para que o sistema gerencie todas as modalidades esportivas e	Por serviço	24



			<p>controles de acesso de forma correta; Suporte;</p> <p>Prazos para atendimento:</p> <ul style="list-style-type: none">• Contato por e-mail com prazo de 01 dia útil para início do atendimento;• Alterações em páginas HTML - Prazo 3 dias encerramento;• Alterações em súmulas ou outros PHP e MySql - Prazo 3 dias encerramento;• As exceções são;• Em período de evento este prazo deve ser de 02 horas com solução apresentada em 12 horas;• Problemas com a hospedagem o prazo é de 02 horas com solução apresentada em 12 horas;• Problemas no banco de dados o prazo é de 02 horas com solução apresentada em 12 horas;• Atendimentos em plantão durante eventos devem ocorrer aos sábados, domingos e feriados, além de horários especiais de acordo com o regulamento de cada competição; <p>Treinamento:</p> <p>Treinamento de 40 horas para desenvolvedor da FESPORTE; Treinamento de 20 horas para Administradores do sistema; Treinamento de 20 horas para replicadores de uso do sistema;</p> <p>Manutenções e/ou atualizações que não sejam emergenciais devem ser feitas fora dos períodos de inscrições, disputas e/ou eventos;</p> <p>Plantão</p>		
--	--	--	--	--	--



ANEXO II

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 0032/2019

CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

1. DOS PRAZOS: (a contar da data de assinatura do contrato)

- 1.1. 30 dias para iniciar o cadastro de eventos e liberação de inscrições online de atletas;
 - 1.1.1. Este item será considerado entregue após aprovação da Fesporte em reunião de entrega que será marcada para 30 dias após assinatura do contrato;
 - 1.1.2. A não aprovação por parte da contratante acarretará em acréscimo de 07 dias ao prazo;
 - 1.1.3. Após aprovado será pago 20% do valor total do contrato;
- 1.2. 60 dias para iniciar os testes das modalidades
 - 1.2.1. Os módulos das modalidades serão considerados entregues quando estiverem de acordo com o Regulamento de cada modalidade;
 - 1.2.2. Após os testes e com a entrega desta etapa realizada será efetuado o pagamento de 35% do valor total do contrato;
- 1.3. 120 dias para a entrega final do sistema.
 - 1.3.1. Entrega final será quando o sistema estiver em pleno funcionamento, com os seguintes itens;
 - a) Cadastro de atletas;
 - b) Modalidades de acordo com regulamento;
 - c) Credenciamento e controles de acesso;
 - d) Entrega de manuais e documentos do sistema; Manuais e documentação devem ser separadas por funcionalidade do sistema;
 - e) Treinamento para Administradores e usuários;
 - 1.3.2. Após a conclusão desta etapa será pago 45% do valor do contrato;

2. A contratada deve manter e se responsabiliza pela hospedagem do sistema;

Servidor localizado em datacenter de grande porte;

Servidor deve conter apenas arquivos referentes ao sistema ou a Fesporte;

Servidores devem permitir aumento de capacidade para períodos de inscrições e/ou Jogos(Eventos);

Os servidores devem ser monitorados periodicamente em conjunto com o Setor de Informática da Fesporte;

Em períodos de sistema ocioso as configurações podem ser diminuídas para reduzir custos;

A contratada é responsável pela contratação, manutenção e suporte do servidor de hospedagem;

4. Código fonte deve ser fornecido ao término do desenvolvimento (120 dias após assinatura do contrato) bem como também manuais e documentações técnicas do sistema;

4.1. O sistema será considerado terminado e entregue quando atender todos os itens deste termo e as funcionalidades dos módulos das modalidades estiverem de acordo com seus respectivos regulamentos (<http://fesporte.sc.gov.br/consultas/documentos-indice/category/665-2019>);



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTE – FESPORTE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL

- 4.2. O software desenvolvido será de propriedade da contratada que cede o direito de uso e alterações para a contratante (FESPORTE), todo os produtos gerados ou desenvolvidos em decorrência da execução do contrato será de propriedade da Fesporte para uso próprio, sem distribuição e/ou empréstimo;
3. A CONTRATANTE reserva-se o direito de a qualquer tempo, previamente ao aceite, ou durante o prazo de garantia do(s) objeto(s) ofertados e entregues, proceder à análise técnica e de qualidade do(s) objeto(s), diretamente ou através de terceiros por ele escolhido. Se rejeitados, deverão ser substituídos imediatamente pela Contratada, sem qualquer ônus para a Contratante.
4. A CONTRATADA, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta.
5. O aceite dos produtos pela Contratante, não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no Edital ou atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente, garantindo-se à Contratante as faculdades previstas no artigo 18 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
6. Os objeto(s) cotado(s) deverá(ão) atender a legislação a ele(s) pertinente(s).
7. Eventos:
JASC
JASTI
JESC
PARAJESC
JEJ's
OLESC
Festival Escolar de Dança
PARAJASC
CCEF Moleque bom de Bola
Paralímpiadas Escolares
8. Modalidades(Masculinas, Femininas e mistas conforme regulamento de cada evento)
Festival Escolar de Dança
Dança Livre – Categoria Mirim;
Dança Livre – Categoria Infantil;
Dança Livre – Categoria Juvenil;
Danças Populares e Folclóricas – Categoria Mirim;
Danças Populares e Folclóricas – Categoria Infantil;
Danças Populares e Folclóricas – Categoria Juvenil;
Dança de Salão – Categoria Mirim;
Dança de Salão – Categoria Infantil;
Dança de Salão – Categoria Juvenil.
Atletismo
Corridas rasas
100m;
200m;
400m;
800m;
1.500 m ;
3.000 m ;
5.000 m ;
10.000 m ;
Revezamentos
4 x 100 m ;
4 x 400 m ;



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTE – FESPORTE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL

4 x 400 misto (2 M / 2 F) ;
Corridas com barreiras
100 m (0,84 m) ;
100 m (0,76 m) ;
110 m (0,99 m) ;
110 m (1,067 m) ;
110 m (0,91 m) ;
400 m (0,91 m) ;
400 m (0,84 m) ;
400 m (0,76 m) ;
Corridas com obstáculos
3.000 m (0,91m e 0,76 m) ;
2.000 m (0,91m e 0,76 m) ;
Marcha atlética
10.000 m ;
5.000 m ;
3.000 m ;
2.000 m ;
Lançamentos
Disco (2 kg) ;
Disco (1.750 kg) ;
Disco (1,5 kg) ;
Disco (1 kg) ;
Dardo (800 gr) ;
Dardo (700 gr) ;
Dardo (600 gr) ;
Dardo (500 gr) ;
Martelo (7,260 kg) ;
Martelo (6, kg) ;
Martelo (5 kg) ;
Martelo (4 kg) ;
Martelo (3 kg) ;
Arremessos ;
Peso (7,260 kg) ;
Peso (6 kg) ;
Peso (5 kg) ;
Peso (4 kg) ;
Peso (3 kg) ;
Saltos
Distância ;
Altura ;
Triplo ;
Vara ;
Provas combinadas
Decatlo ;
Heptatlo;
Basquetebol;
Bocha;
Bolão 16;
Bolão 23;
Ciclismo;
Futebol;
Futsal;
Ginástica Artística;
Ginástica Rítmica;
Handebol;
Jiu-jitsu;
Judô;
Karatê;
Natação;



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTE – FESPORTE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL

Punhobol;
Remo;
Taekwondo;
Tênis;
Tênis De Mesa;
Tiro Armas Curtas;
Tiro Armas Longas;
Tiro Ao Prato;
Triathlon;
Voleibol;
Vôlei De Praia;
Xadrez;
Basquetebol - CADEIRANTE MISTO;
Basquetebol-SEG.-INTELECTUAL;
Bocha - SEG. - AUDITIVO;
Bocha - SEG.-INTELECTUAL;
Bocha- SEG-FÍSICO-ANDANTE;
Bocha- SEG-FÍSICO-CADEIRANTE;
Bocha- SEG.VISUAL;
Bocha Paralímpica;
Ciclismo - SEG. VISUAL;
Futsal - SEG. AUDITIVO;
Futsal - SEG. INTELECTUAL;
Goalball - SEG. VISUAL;
Handebol - Cadeira de Rodas;
Natação - SEG. AUDITIVO;
Natação - SEG. INTELECTUAL;
Natação - SEG. FÍSICO;
Natação - SEG. VISUAL;
Tênis de Mesa - SEG. AUDITIVO;
Tênis de Mesa-SEG.INTELECTUAL;
Tênis de Mesa - DF ANDANTE;
Xadrez - SEG. AUDITIVO;
Xadrez - SEG. FÍSICO;
Xadrez - SEG. VISUAL;
Atletismo - S. DOWN;
Tênis de ;Mesa - DF CADEIRANTE;
Canastra
Dominó;
Dança de Salão - 60 a 69 anos;
Dança de Salão - + 70 anos;
Danças Populares;
Truco.

9. Os Itens 003 e 004 serão pagos mensalmente conforme prazo estipulado neste edital.



ANEXO III

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 0032/2019

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS ELETRÔNICA

The screenshot shows a web browser window titled 'PORTAL DE COMPRAS - AMBIENTE DE HOMOLOGAÇÃO - Windows Internet Explorer'. The address bar shows 'http://leilao.internex.com.br/...'. The page header includes 'Portal de Compras' and 'Editais de Pregão Eletrônico'. The main content area displays two sections for bid submission:

- 1 obras de arte**: A table with columns for '#', 'Descrição', 'Marca', 'Modelo', 'Procedência', and 'Valor da proposta (R\$)'. Row 1: '1', 'Aparelho histórico - diversos objetos de arte', empty fields for 'Marca' and 'Modelo', 'Selecione' for 'Procedência', and an empty field for 'Valor da proposta (R\$)'. A message 'Proposta do lote incompleto' is shown below.
- 2 pratos**: A table with the same columns. Row 2: '2', 'Aparelho histórico - diversos pratos decorativos em porcelana', empty fields for 'Marca' and 'Modelo', 'Selecione' for 'Procedência', and an empty field for 'Valor da proposta (R\$)'. A message 'Proposta do lote incompleto' is shown below.

The right sidebar contains a 'Painel de controle' with links for 'Inscrição', 'Resumo do edital', 'Critérios de julgamento e anexos', 'Relatório', 'Parâmetros', 'Recursos', and 'Intenções de licitação'. The bottom status bar shows 'Concluído' and 'Internet'.

1 – Sob pena de desclassificação, deverá ser preenchido para **cada item** do objeto cotado, no campo correspondente:

a) Preço unitário do item, expresso em reais;

*Esta imagem (.jpeg) é meramente ilustrativa e poderá não contemplar todas as atualizações que possam ser implementadas no Sistema (updates), como layouts e campos informativos.



ANEXO IV

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0032/2019

IDENTIFICAÇÃO DOS ENVELOPES

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTE - FESPORTE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRONICO Nº 00032/2019
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:
CNPJ:
FONE / FAC-SIMILE / E-MAIL –
ENVELOPE E IDENTIFICAÇÃO DO CONTEÚDO
PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO



ANEXO V

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 0032/2019

RECIBO DE DOCUMENTOS

Declaro que recebi no protocolo da Fundação Catarinense de Esporte - FESPORTE, sito à Rua Comandante José Ricardo Nunes, nº79, Capoeiras | Florianópolis/SC, o envelope contendo Documentos Adicionais, Laudos, Amostras e Prospectos, para serem anexadas ao pregão eletrônico nº 0032/2019, da empresa:

Observações: 1) Deverá ser anexado na parte externa do envelope da proposta;
2) Não pode conter rasuras;
3) Válido somente com carimbo e visto do protocolo.



ANEXO VI

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 0032/2019

INFORMAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA PARA CONTRATAÇÃO

Razão Social/Nome:

Endereço:

Município:

Estado:

CEP:

CNPJ/CPF/MF:

Telefone: ()

Fac-simile: ()

E-Mail:

Banco:

Agência:

Conta:

Representante legal/Nome:

CPF:

Documento de identidade:

Cargo/Função na empresa:

Telefone: () Celular: ()

Fac-simile: ()

Local e data,

OBS: Em caso de representante, por meio de procuração, para assinatura do contrato, informar dados do representante.

NOME, CARGO E ASSINATURA
DO REPRESENTANTE DA EMPRESA



ANEXO VII

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 0032/2019

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE
..... QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE
SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DA FUNDAÇÃO
CATARINENSE DE ESPORTE E A EMPRESA

O ESTADO DE SANTA CATARINA, por intermédio da FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTE, com sede na Rua Comandante José Ricardo Nunes, nº 79 - Capoeiras – Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 73.360.505/0001-30, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo seu Presidente, senhor, portador do CPF nº, e de outro lado a empresa,, estabelecida na, inscrita no CNPJ sob o nº, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu, senhor, portador do CPF nº, firmam o presente instrumento de Contrato, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Estadual nº 12.337, de 05 de julho de 2002, Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, alterações posteriores, e demais normas legais federais e estaduais vigentes

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto e sua Execução

Constitui objeto do presente Contrato a prestação do serviço de(OBJETO DA LICITAÇÃO), referente aos itens/lotes nº..... com as características constantes da proposta julgada vencedora do pregão eletrônico nº 00XX/2019 e seus Anexos, para atender as necessidades da CONTRATANTE, conforme abaixo:

§ 1º – A qualidade e especificações do objeto fornecido deverá atender à legislação especial federal, estadual e/ou municipal aplicáveis.

§ 2º – A entrega dos produtos dar-se-á no prazo máximo de até (.....) dias, contados da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual prazo mediante justificativa aceita pela Contratante.

§ 3º – O objeto será entregue e instalado pela contratada, nos locais indicados pela contratante do Edital de Pregão Eletrônico nº 00XX/2019, pelo preço contratado, sem nenhum custo adicional (seguros, impostos e taxas, instalação, transporte, frete ou qualquer outro encargo necessário à execução do objeto do Contrato), mediante Autorização de Fornecimento/Contrato, a ser emitida pela CONTRATANTE.

§ 4º – Todo o material utilizado na execução do objeto será de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

§ 5º – São partes integrantes deste contrato, como se transcritos estivessem, o Edital de licitação – pregão eletrônico nº 00XX/2019 e seus Anexos, a proposta, os documentos e informações apresentadas pela licitante vencedora e quaisquer complementos que deram suporte ao julgamento da licitação.

§ 6º – Após a contratação, na entrega do objeto, a Contratante, aleatoriamente e por amostragem, poderá efetuar análise, para efeito de comprovação das características e da qualidade exigidas nas especificações do objeto descritas no Anexo I do Edital. A comprovação será efetuada pela própria contratante ou por terceiros por ela contratados para essa finalidade e as despesas oriundas desses custos serão atribuídos à responsabilidade da Contratada.



§ 7º – Os empregados a serviço da CONTRATADA não terão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

§ 8º – É vedada a formalização de contratos de qualquer natureza, incluindo os relativos à concessão de serviços públicos e programas de apoio e linhas de crédito, pela Administração Pública estadual direta ou indireta, com as empresas inseridas no Cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), conforme o art. 2º da Lei Estadual nº 16.493, de 5 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Preço, das Condições de Pagamento, Atualização por Inadimplemento e do Reajuste.

Do Preço

I – A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução do objeto deste contrato de acordo com a proposta apresentada - Edital de Pregão Eletrônico nº 00XX/2019, o valor total de R\$ (.....), conforme cláusula primeira.

II – Do reajuste de preço – O preço estabelecido é fixo, único e irrecorrível, durante a vigência do Contrato e/ou Autorização de Fornecimento, estando inclusos todos e quaisquer ônus, quer sejam tributários, fiscais ou trabalhistas, seguros, impostos e taxas, transporte, frete e quaisquer outros encargos necessários ao fornecimento e instalação do objeto do Contrato e/ou Autorização de Fornecimento.

III – A revisão dos preços poderá ser concedida, pelo CONTRATANTE, a partir da análise e discussão de planilha que demonstre a alteração dos custos, a ser encaminhada pela CONTRATADA à (ao) CONTRATANTE, nos termos do art. 65, inc. II, letra “d” da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Das Condições de Pagamento

§ 1º – A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor devido, por intermédio do Banco do Brasil, até o vigésimo dia do mês subsequente ao fornecimento, mediante a apresentação da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome do Órgão requisitante, devendo constar CNPJ, o número da licitação, e da Autorização de Fornecimento e/ou Contrato.

§ 2º – O pagamento será liberado mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I – Certidão de Débitos expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

II – Certidão de Regularidade Fiscal relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF/FGTS;

III – Certidão Negativa de Débitos Estadual, de Santa Catarina e do Estado sede da empresa;

IV – Certidão Negativa de Débitos Municipal, do Município sede da empresa;

V – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

§ 3º – A não apresentação do documento enunciado no parágrafo anterior implica na suspensão do pagamento da fatura até a sua apresentação, não sendo exigível, neste caso, atualização financeira dos valores, por inadimplemento.

§ 4º – Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, bem assim, em razão de dano ou prejuízo causado à CONTRATANTE ou a terceiros, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

§ 5º – O pagamento da fatura será suspenso se verificada execução defeituosa do Contrato, e enquanto persistirem restrições quanto ao fornecimento efetivado, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

§ 6º – A alíquota do ICMS a ser aplicada será considerada aquela fixada para as operações internas no estado de origem, conforme disposto no artigo 155, inciso VII, alínea “b” da Constituição Federal.

Da Atualização por Inadimplemento

§ 7º – Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento pela CONTRATANTE, sem que haja culpa da CONTRATADA, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 117, da Constituição Estadual e artigo 40, inciso XIV, alínea “c”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Dotação Orçamentária



O pagamento do presente Contrato correrá à conta dos recursos consignados no Orçamento da(o),
Ação:, Elemento de Despesa:, Fonte:

CLÁUSULA QUARTA – Dos Prazos

§ 1º – Da prazo de entrega:

Os prazo de entrega respeitaram o determinado em edital, como segue

xxxxxxx

O prazo de entrega final do objeto é de até XX (XX) dias a contar da assinatura do contrato.

§ 2º – De vigência do Contrato:

O prazo de vigência do contrato é de 12 (dode) meses a contar da data de sua publicação, podendo ser prorrogado por igual período.

CLÁUSULA QUINTA – Das Obrigações das Partes

Da Contratada

- a) efetuar a entrega do objeto, de acordo com as especificações e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos, responsabilizando-se pelo cumprimento de toda legislação e normativa aplicável à espécie;
- b) entregar os objetos adjudicados de acordo com o endereço de entrega estabelecido no edital, sem qualquer ônus para o órgão Contratante.
- c) reparar, corrigir, remover às suas expensas, no todo ou em parte, o(s) material(is) em que se verifique(m) danos em decorrência do transporte, instalação, bem como providenciar a imediata substituição do(s) mesmo(s);
- d) assumir a responsabilidade pelos encargos sociais e outros pertinentes ao fornecimento do(s) material(is), bem como taxas, impostos, fretes, e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre o(s) mesmo(s);
- e) mesmo não sendo a fabricante da matéria-prima empregada na fabricação de seus produtos, responder inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação, instalação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- f) manter, durante toda a execução da relação contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- g) indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo a Contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- h) submeter-se à fiscalização por parte do Contratante;
- i) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato, exceto quando autorizado formalmente pela Contratante, respeitando-se os limites e preceitos legais.

Da Contratante

- a) comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada à entrega do objeto;
- b) pagar à Contratada o preço ajustado, de acordo com a forma de pagamento estipulada no edital de Pregão Eletrônico nº 00XX/2019;
- c) rejeitar, no todo ou em parte, o(s) material(is) entregue(s) pela Contratada fora das especificações do edital;
- d) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- e) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

CLÁUSULA SEXTA – Da Alteração Contratual por Aditamento

Proceder-se-á a alteração do Contrato, quando couber, observadas as disposições do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e modificações ulteriores.



CLÁUSULA SÉTIMA – Da Inexecução e da Rescisão do Contrato

A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão com as conseqüências contratuais e as previstas em Lei, com assento no Capítulo III, Seção V, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nos seguintes casos:

- I – por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- II – amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, mediante formalização através de aviso com antecedência mínima de 30 dias, não cabendo indenização de qualquer das partes, exceto para pagamento dos fornecimentos comprovadamente prestados;
- III – judicialmente, na forma da legislação vigente;
- IV – a rescisão contratual determinada por ato unilateral, em que constatado o descumprimento do avençado, acarreta as seguintes conseqüências para a CONTRATADA, sem prejuízo das sanções previstas:
 - a) execução dos valores das multas e indenizações devidas à CONTRATANTE;
 - b) retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – Das Sanções Administrativas

O não cumprimento das normas de licitação e obrigações contratuais assumidas, sujeitam à Contratada as seguintes sanções:

- I – Advertência;
- II – Multa:
 - a) 0,33% por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9%;
 - b) 10% em caso de não entrega do objeto, não execução do serviço ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;
 - c) de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;
- III – Suspensão do direito de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 5 anos quando a Contratada dentro do prazo de validade da sua proposta:
 - a) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa;
 - b) ensejar o retardamento da execução do objeto contratado;
 - d) não manter a proposta;
 - d) falhar ou fraudar na execução do Contrato;
 - e) comportar-se de modo inidôneo;
 - f) cometer fraude fiscal.

§ 1º – Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou Contratada.

§ 2º – A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se as sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no art. 90 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 3º – As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/contratada.

§ 4º – Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA NONA – Da Fiscalização

A execução do presente Contrato será fiscalizada pelo GESTOR, **através da**, com autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento, fiscalização e execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – Da Vinculação



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTE – FESPORTE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL

Vincula-se o presente Contrato às disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a Lei Estadual nº 12.337, de 05 de julho de 2002, Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, o Edital de Pregão Presencial nº 0118/2016, à proposta da CONTRATADA, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis, e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital, do Estado de Santa Catarina, com a renúncia expressa de qualquer outro, para serem dirimidas questões originárias da execução do presente Contrato.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Florianópolis/SC, xx de xxxxx de 2019.

.....
CONTRATANTE

.....
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome

Nome

Assinatura

Assinatura

CPF/MF

CPF/MF